

O MITO DA DECADÊNCIA MINEIRA OITOCENTISTA: S. JOÃO DEL REI, UM ESTUDO DE CASO

AFONSO DE ALENCASTRO GRAÇA FILHO*

*“...Minas Gerais é muitas.
São, pelo menos, várias Minas.”*
(João Guimarães Rosa)

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Oitocentos mineiro tiveram um novo alento na década de oitenta. Naqueles anos, a historiografia sobre Minas Gerais colonial e provincial se renovou, tendo como um dos temas centrais o questionamento da decadência mineira, advinda do esgotamento da exploração aurífera, em meados do século XVIII¹.

Menos estudado que a “Era do Ouro”, o século XIX em Minas passou a merecer a atenção de novas pesquisas. Esses trabalhos vieram a alterar profundamente a imagem estagnada das Minas Oitocentistas. Através de fontes censitárias e cartorárias demonstrou-se que Minas Gerais foi grande importadora de escravos durante as primeiras décadas do Oitocentos, mantendo a maior população cativa entre as províncias do Império até os últimos anos da escravidão. Essas constatações obrigaram os historiadores a fornecer explicações plausíveis para a capacidade econômica da província mineira em importar e manter seus plantéis escravistas. Resgatou-se, assim, o papel dinâmico e diversificado de suas atividades produtivas e mercantis. Com isto, ficou desacreditada a hipotética regressão de Minas Gerais a um estado de decadência generalizada após o declínio do ouro.

Recentemente, como parte desta reconstrução histórica, os trabalhos acadêmicos se voltaram para o recorte regional, com intuito de mapear as diversidades sócio-econômicas que constituíram a Minas plural, de que nos falava Guimarães Rosa.

Pretendemos, ao elencarmos como referência de estudo a antiga Comarca do Rio das Mortes, contribuir para a compreensão do mosaico diversificado que compunha a província mineira oitocentista.

Aquela comarca, que tinha como sede jurídico-administrativa a vila de S. João del-Rei, abrangia uma extensa região de Minas, englobando todo o sul, desde as fronteiras com o Rio de Janeiro e S. Paulo, passando pelo rio Paraibuna e parte da Zona da Mata, até o Rio Pomba Ao longo do século XIX, particularmente em 1833, sofreu diversos desmembramentos, perdendo muitos dos seus municípios e distritos para a formação de novas comarcas.

Esta região foi uma das primeiras a serem ocupadas pelo chamariz da mineração do ouro, sendo palco de episódios marcantes na história nacional, como a Guerra dos Emboabas (1708), a

* Doutor em História do Brasil pela UFRJ, Professor da FUNREI.

¹ Em Libby (1988, p. 7-20) pode ser encontrado um balanço dos resultados historiográficos desta década.

Inconfidência Mineira (1789), a revolta conservadora do Ano da Fumaça (1832-33) e a sedição liberal de 1842. O papel político de suas elites em momentos cruciais da trajetória da nação, como no processo da Independência ou na construção e apoio ao projeto da Regência, também tem sido resgatado pela historiografia atual, mas ainda são escassas as obras sobre esses temas.

Não temos a intenção de tratarmos desses assuntos, mas acreditamos que ao abordarmos a revisão da “decadência de Minas” e apontarmos para as características da estrutura produtiva e social de S. João del Rei estaremos contribuindo para subsidiar outros estudos sobre o papel político e econômico da Comarca do Rio das Mortes, muitas vezes chamada genericamente como o Sul de Minas.

2. A TESE DA DECADÊNCIA MINEIRA E A COMARCA DO RIO DAS MORTES:

A imagem de decadência (Cf. Linhares, 1979)², construída pela historiografia para o Oitocentos mineiro, tem sido refutada por estudos recentes, conforme anunciamos.

Essa tese da regressão econômica encontra-se melhor formulada em Celso Furtado. O esgotamento da extração aurífera, em meados do século XVIII, levou Minas Gerais a “uma rápida e geral decadência” jamais vista no continente americano, com a descapitalização e desagregação das maiores empresas, que se tornaram incapazes de repor a mão-de-obra escrava e se desarticularam numa economia de subsistência de “baixíssima produtividade” (Furtado, 1982,p 84-6). Outros autores utilizaram a mesma hipótese com algumas variações, como Francisco Iglésias, que nos fala de uma estagnação da economia mineira, inclinada mais para a regressão do que para o desenvolvimento, até meados do século XIX (Iglésias,1993,p.80). Já no trabalho econômico e demográfico de Francisco Vidal Luna e Wilson Cano, a decadência mineradora pôde preservar a população escrava, amenizando a taxa de exploração do trabalho cativo, mas não impediu a “desastrosa regressão à subsistência” de sua economia (Luna & Cano,1983).

Outra variante da tese da decadência pode ser encontrada na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Com mais acuidade, esse historiador matizou o impacto do estancamento econômico gerado pela exaustão das lavras, cuja paisagem mofina não se estabeleceria de imediato, sendo legada a “eras mais tardias”. Regionalmente, o fim da exploração aurífera não foi um impedimento para a prosperidade do antigo arraial de S. João del Rei, que continuaria a abastecer toda a capitania com o fruto de suas atividades agrárias, pastoris e manufatureiras (Cf.Holanda, 1982,p.293-307).

Como uma exceção no quadro da decadência mineira, encontramos novamente a Comarca de S. João del Rei ou a região Sul de Minas nos trabalhos de Caio Prado Jr.(1981, p.78 e p.162-63), Mafalda Zemella (1990,p.221-2) e José Ferreira Carrato (1986).Os dois últimos autores fornecem evidências retiradas de escritos setecentistas, nas quais a Comarca do Rio das Mortes se mostrava próspera na produção de gêneros de subsistência, com os quais abastecia os mercados da província mineira e também o Rio de Janeiro.

Conforme o relato do desembargador José João Teixeira, em 1780, a Comarca do Rio das Mortes era a “mais vistosa, e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do País, de forma que além da própria sustentação, provê toda a Capitania de queijos, gados, carne de porco, etc.”(Teixeira,1780,p.502). Descrições, como esta, podem ser encontradas em outros memorialistas a partir da segunda metade do século XVIII (Rocha,1995,p.127).

Já Maria Yedda Linhares , em 1978, nos alertara para a “visão indiferenciada de uma decadência inexorável e monolítica, sem atentar para as infinitas diversificações locais” em Minas Gerais (Linhares,op.cit,p.168).Outro ponto de sua discordância, seria o caráter altamente especializado da economia mineradora, que não se comprovaria em bases empíricas, por ter sido acompanhada do desenvolvimento da policultura e da criação de animais (suínos, muares, gado vacum) (Idem, p.166). O mesmo argumento foi reforçado posteriormente pelas pesquisas de

²Esta representação está fundada em uma longa tradição historiográfica, já presente na história econômica do Brasil de Roberto C. Simonsen, escrita em 1937.

Carlos Guimarães e Liana Reis, bem como, por Angelo Carrara, recentemente. Nestes trabalhos a convivência da mineração com as atividades agropastoris era notavelmente difusas pela capitania, e não só nas *fazendas mistas*³, onde a mineração era conjugada ao engenho de açúcar, à criação de gado ou ao plantio de alimentos (Guimarães e Reis, 1986, p.7-36) (Idem, 1987, p. 85-99) (Carrara, 1997, mimeo).

É claro que ainda persiste a falta de estudos aprofundados sobre os impactos regionais do declínio aurífero e sua duração temporal, mas se nos restringirmos a Comarca do Rio das Mortes podemos encontrar indicações de que sua economia não se desestruturou com o esgotamento das jazidas de ouro. O prosseguimento da situação afortunada da vila de S. João del Rei também ficou lavrado na construção e acabamento de suas principais igrejas, finalizadas na primeira metade do século XIX (Cf. Boschi, 1986, p.178) (Fundação João Pinheiro, 1981, v.2)⁴.

Também, com base na comparação entre as informações censitárias fornecidas por Cláudio Manoel da Costa (1776) e pelo Barão de Eschwege (1821), Kenneth Maxwell notou que enquanto a Comarca de Vila Rica declinara demograficamente, a do Rio das Mortes quase triplicara sua população, de 82.781 para 213.617 habitantes, ou seja, passara de 26% para abrigar 42% de toda a população da capitania. O número de negros e mulatos no Rio das Mortes de 21% da população total de 1776 passou a constituir 35% em 1821, ano em que concentrara 47% (84.995 cativos) do plantel mineiro. Para o pesquisador norte-americano, estas mudanças da população indicavam a ascensão do sul agrícola e pastoril diante da exaustão do ouro aluvial, demonstrando a aptidão regional em absorver o choque decorrente da contração das atividades auríferas (Cf. Maxwell, 1978, p. 110-12) (Florentino, 1995)⁵.

A pesquisa dos registros de entrada e saída de tropeiros por João Fragoso (1992, p.p.146-7), com o intuito de medir a distribuição dos cativos desembarcados no Rio de Janeiro pelo tráfico interno, veio realçar a hipótese da capacidade de renovação dos plantéis escravistas pela economia mineira, sustentada anteriormente por Roberto Slenes (1985). Ao sublinhar as possibilidades comerciais da economia mineira, Robert Slenes se contrapôs à tese do crescimento endógeno da população escrava herdada do “ciclo do ouro”, defendida por F. Luna e W. Cano e ao isolamento mercantil da província, proposto por Roberto Borges Martins (1980, mimeo) (Martins, 1982).

Pelos dados apresentados por João Fragoso, nos anos de 1825 a 1833, Minas Gerais absorveu 48,4% daqueles escravos, porcentagem superior a das áreas agroexportadoras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense, que juntas receberam 36,5% dessa mão-de-obra.

Outra informação trazida por este autor, foi a da hegemonia mineira no comércio terrestre de suínos e bovinos, entre 1829 a 1832, com a praça do Rio de Janeiro. Neste período, mais de 88% das porcas e 45% das tropas eram provenientes de Minas Gerais (Fragoso, op. cit, p.140-43). Estes dados confrontam a tese da regressão de Minas à uma economia desarticulada de mera

³ Grifo do autor.

⁴ Caio Boschi reparou que as construções de templos religiosos em Minas Gerais não foram interrompidas quando a exploração aurífera dava sinais irreversíveis de seu declínio, o que equivale reconhecer a existência de capitais oriundos de outras atividades que suportaram o ônus de obras tão dispendiosas. Sobre a continuidade das construções religiosas em S. João del Rei, ver FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do Ouro - Campo das Vertentes: atas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1981, v. 2.

⁵ Estas observações sobre os dados censitários apresentados por Maxwell (1978) foram trabalhadas por Florentino (1995).

subsistência ou vicinal, como quis Roberto Martins, e dão indícios de um circuito mercantil nada desprezível.

O movimento do Registro do Presídio do Rio Preto, situado na estrada que ligava S. João del Rei ao Rio de Janeiro, sendo um dos mais dos importantes caminhos do escoamento da produção mineira, registrou um aumento de mais de 170% nas saídas de reses, toucinhos e carne salgada entre 1818/19 e 1828 (Idem, Ibidem). Observando-se que em 1818-1819, 57% do valor total das exportações interprovinciais mineiras se constituíam de gado vacum, porcos, queijos, tecidos de algodão e toucinho (Brown, 1986, p. 477 e p.513-14, mimeo). E no exercício de 1842-1843, 61,6% do valor das vendas mineiras continuavam sendo atribuídas aos bovinos, porcos e seus derivados (Fragoso, op. cit., p.106).

Alcir Lenharo (1979, p.90) já havia conferido ao comércio atacadista de S. João del Rei, juntamente com Barbacena, o papel de centro das exportações mineiras. São João del Rei, por sua posição privilegiada na rota para o Rio de Janeiro, com acesso às estradas do Comércio, da Polícia e Caminho Novo, drenava a maior parte das exportações mineiras de gêneros de abastecimento para a província fluminense. A situação promissora do sul de Minas encontrou respaldo na participação política de representantes regionais na Corte, durante a Regência.

Desta forma, não podemos conceber para a primeira metade do século XIX uma situação de estagnação ou de definhamento econômico para toda Minas Gerais, especialmente para S. João del Rei.

Numa comparação entre os valores declarados na massa de *inventários post-mortem* recolhida por Kátia Mattoso em Salvador e a que quantificamos em S. João del Rei, na primeira metade do século XIX, os totais se aproximam, numa clara indicação de que tratou-se de uma época propícia para a região e que sua economia de abastecimento possuía uma taxa de lucratividade razoável. Embora utilizemos na comparação valores não deflacionados, da mesma forma que Kátia Mattoso, e tenhamos incorporados alguns inventários (129) de 1850/55, é interessante notarmos que o somatório das fortunas baianas de 1801-1850, foi de 4:534:258\$000 réis para 395 inventários, enquanto nossa amostragem para 1831-1855, em S. João, somou 3:937:481\$206 réis em 383 inventários (12 inventários a menos).

Trata-se da comparação entre uma cidade portuária, ligada à agroexportação, e um município dedicado à economia de abastecimento (Mattoso, 1992, p.611 e Graça Filho, 1998, p.166), cuja estrutura produtiva alcançou um nível distinto da economia doméstica ou familiar, ultrapassando o limite das pequenas unidades.

Mas, as diferenças entre as duas cidades tornam-se mais visíveis a partir do quadro abaixo:

Quadro nº 1

Distribuição percentual dos monte-mor por faixas de riqueza

em Salvador e S. João del Rei (em réis)

	Salvador 1801-1850	S. J. del Rei 1831-1855	Salvador 1801-1850	S. J. del Rei 1831-1855
intervalos de riqueza (em réis)	freqüência relativa	freqüência relativa	Valor dos monte-mor (%)	Valor dos monte-mor (%)
até 200\$000	39,2	5,2	3,0	0,1
201\$000 a 10:000\$000	37,2	70,5	16,0	17,7
10:100\$000 a 50:000\$000	19,0	21,9	34,0	47,9
50:100\$000 a 200:000\$000	4,3	1,6	38,6	12,8
200:100\$000 a 500:000\$000	0,2	0,8	8,2	21,5
500:100\$000 a 1.000:000\$000	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
	Salvador 1851-1889	S. J. del Rei 1861-1885	Salvador 1851-1889	S. J. del Rei 1861-1885
intervalos de riqueza (em réis)	freqüência relativa	freqüência relativa	Valor dos monte-mor (%)	Valor dos monte-mor (%)
até 200\$000	19,3	1,7	0,6	0,01
201\$000 a 10:000\$000	37,0	65,4	5,8	14,1
10:100\$000 a 50:000\$000	29,0	26,4	21,5	39,5
50:100\$000 a 200:000\$000	11,2	5,5	31,6	32,1
200:100\$000 a 500:000\$000	2,9	1,0	29,5	14,3
500:100\$000 a 1.000:000\$000	0,4	-	10,9	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit. , p. 613. MUSEU REGIONAL DE S. JOÃO DEL REI. Inventários *post-mortem*, 1831-1835, 1841-1845, 1851-1855, 1861-1865, 1871-1875, 1881-1885.

Para a cidade de Salvador, Katia Mattoso encontrou um número bem maior de inventários na faixa das pequenas fortunas, 39,2% em 1801-1850 e 19,3% em 1851-1889. Os inventários dessa categoria de riqueza são diminutos em São João del Rei, que se concentram no intervalo acima, de 201\$000 a 10:000\$000 réis, nos dois momentos do século XIX, representando sucessivamente 70,5% e 65,4% dos inventários.

É possível que exista uma distorção nos inventários de S. João, que esta fonte não seja tão representativa para os bens das populações mais pobres como em Salvador.

De qualquer forma, a distribuição das fortunas por participação no somatório dos montes-mor é mais concentrada nas últimas faixas de riqueza em Salvador do que em S. João del Rei. O nível de riqueza da elite baiana superava a da alta sociedade sanjoanense, especialmente na segunda metade do século XIX. As maiores fortunas soteropolitanas entre 1851 e 1889 (3,3%

dos inventários, na faixa de 200:100\$000 réis em diante) detinham 40,4% do total dos montes-mor. Em S. João, esse grupo ficava com apenas 14,3% do somatório geral das fortunas em 1861-1885.

Nos inventários da cidade do Rio de Janeiro, a concentração de renda era também nitidamente maior do que em S. João del Rei. Dez por cento de 131 inventariados do ano de 1860 eram possuidores de 65% dos bens arrolados (FRAGOSO, 1992, p. 255).

Tampouco encontramos, entre a elite mercantil sanjoanense, riquezas como a do negociante baiano de grosso trato, Joaquim Pereira Marinho, falecido em 1887, com seus bens avaliados em cerca de 6.000:000\$000 réis (500.000 libras esterlinas) (VERGER, 1987, pp. 451-453).

Podemos falar, então, de uma sociedade com menores níveis de concentração de bens e de acumulação de capitais em relação às sociedades soteropolitana e carioca.

Nas listas nominativas de 1831-32⁶ para os habitantes de nove distritos sanjoanenses (Conceição de Carrancas, Esp. Sto. de Carrancas, Nazareth, Piedade do Rio Grande, Onça, Brumado, Cajuru, Conceição do Porto e Madre de Deus) são arrolados 223 proprietários de escravos, com profissão declarada de agricultor ou pecuarista, que detinham a posse de 3.447 cativos (média de 15 escravos/proprietário). Desses proprietários, 35 (16%) dos fazendeiros, com posses acima de 30 escravos, concentravam 53,8% (1.854) daquele total de cativos. Quatorze desses proprietários possuíam mais de 50 escravos (5 deles, com mais de 90 e menos de 100 cativos). Entre as posses de 10 a 30 escravos estavam 62 proprietários, com 31,3% dos referidos cativos. Por fim, com posses iguais ou abaixo de 10 escravos se situavam 131 produtores (57%) com apenas 16,4% (565) dos 3.447 cativos. Também encontramos 61 agricultores sem escravos.

Clotilde Paiva, trabalhando com as mesmas listas nominativas, encontra uma situação demográfica distinta para os plantéis escravistas situados nas áreas mais dinâmicas da província mineira. Apesar da predominância, em Minas Gerais, de proprietários com até três escravos, a razão entre as pequenas e médias posses e os grandes plantéis se reduz nas regiões mais dinâmicas da zona Mineradora Central Oeste, de Pitangui-Tamanduá e Sudeste (que inclui o município de S. João del-Rei). As grandes propriedades escravistas mineiras estavam concentradas neste núcleo da província. Das 199 posses acima de 50 escravos existentes nas listas nominativas, 134 (67,3%) estavam situadas nesta área (Paiva, 1996, p. 136-37, mimeo). A autora também constata uma presença mais elevada da população cativa na faixa etária de 0 a 14 anos na região Sudeste, o que indicaria a possibilidade de uma contribuição maior da reprodução endógena na composição daqueles plantéis.

E ainda, nesta região, 64% dos cativos estavam concentrados nas posses acima de 10 escravos (Idem, p. 138-214), destoando da distribuição da população escrava nas demais áreas do núcleo descrito acima, que era mais equilibrada entre pequenos e médios proprietários escravistas e as grandes posses. Este fato corrobora a importância econômica da presença das grandes fazendas escravistas de alimentos na estrutura agrária de São João del Rei.

Esta diversidade regional em Minas Gerais já havia sido exposta no trabalho demográfico de Douglas Libby, que utilizou uma amostragem de quase 20.000 domicílios de 1831-1840, constatando uma média mais elevada de escravos empregados nas fazendas, sítios e roças da região Metalúrgica-Mantiqueira, onde foi situada S. João del Rei. Ali, esta média foi de 8,9

escravos/unidade produtora, que era superior à de 4,3 verificada em Paracatu, área de pecuária extensiva e à de 7,0 para toda a província (Libby, 1988, p.116-17).

Em 103 inventários *post-mortem* de grandes e médios fazendeiros do município de S. João del Rei (1831-1885), 54 deles listavam plantéis de 30 ou mais cativos (2 com mais de 100 escravos). Esse quadro é dessemelhante daquele encontrado por Hebe de Castro em 42 maiores fazendas de Capivary (RJ), analisadas a partir dos inventários de 1855-1888, ou de áreas de S. Paulo também dedicadas à agricultura de subsistência. Em Capivary, nenhum dos maiores produtores possuía escravaria superior a 50 escravos, cujas posses oscilavam entre 20 a 30 escravos (Castro, 1987, p.41). Para Bananal, nas listas nominativas de 1801, antes da entrada da cafeicultura, as posses com mais de 30 escravos (4,5% ou 2 dos escravistas) detinham 30,9% dos 401 escravos (Motta, 1999). Em Lorena, na mesma data, nenhum proprietário possuía mais de 41 escravos e 46,6 % dos 912 escravos viviam em plantéis de até 10 cativos (Costa, 1987, p.245 et seqs.).

Assim, podemos afirmar que a dinâmica econômica regional foi diversa em Minas Gerais. Os cálculos *per capita* dos valores exportados pela província em comparação com os do Brasil e região sudeste, durante o século XIX, realizados por Roberto Slenes e por Roberto Martins com a intenção de medir a capacidade de importação de Minas, podem encobrir estas distinções regionais, ainda mais se considerarmos a enorme população mineira, quase o dobro da baiana e da fluminense pelas estimativas de 1872. Queremos dizer, com isto, que algumas regiões mineiras estiveram mais integradas ao circuito mercantil interprovincial e possuíram uma capacidade econômica mais elevada para repor seus braços cativos, a exemplo de S. João del Rei.

3. A CONCORRÊNCIA DE NOVAS ÁREAS PRODUTORAS MINEIRAS E A HIPÓTESE DA DECADÊNCIA DE SÃO JOÃO DEL REI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:

Segundo Alcir Lenharo, ao final da primeira metade do século XIX, as regiões abastecedoras tradicionais do Sul de Minas passaram a sofrer a concorrência de novos produtores mineiros no mercado provincial e da Corte, além da maior participação de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e de pequenos produtores localizados no Rio de Janeiro. Isto resultou na diminuição da força e prestígio político do grupo liberal moderado mineiro, cuja base de maior expressividade se situava naquela região (Lenharo, 1979, p.133-39).

Concordamos com a subordinação política dos liberais mineiros aos interesses da nova hegemonia dos cafeicultores na Corte, apontada por Lenharo, que localiza esta situação a partir da derrota do movimento de 1842 (Cf. Campos, 1988, mimeo). Mas não acreditamos numa relação direta entre a esfera política e a econômica. O apogeu do baronato do café, na década de 1840, não é necessariamente a contrapartida para o declínio econômico de todo o sul de Minas. Aliás, essa economia de subsistência parece ter alcançado a sua maior prosperidade nas décadas de 1830-40, quando o país já se destacava como maior produtor mundial de café.

Por outro lado, as implicações da derrota liberal de 1842 para a sociedade sanjoanense não foram extremamente graves, como poderia nos sugerir o balizamento cronológico de

Lenharo. Não parece ter ocorrido fugas de capitais ou abandono da cidade pelos grandes negociantes envolvidos com o episódio.

Pelas memórias da sedição do cônego José Antônio Marinho (1978, p.287-88), os revoltosos mais importantes foram isentados de processo e suas famílias permaneceram na cidade, continuando a compor a sua elite mercantil e agrária. Como prova disto, bastaria citar, entre outros, os negociantes José Maximiano Baptista Machado, Antonio Fernandes Moreira e o fazendeiro Prudente Amâncio dos Reis.

José Maximiano tinha como oponente seu cunhado, o chefe conservador e negociante Francisco José Alves de São Thiago. Sua loja foi vítima de um incêndio criminoso em 1844, obrigando-o a declarar falência de seu avultado comércio de grosso trato. Em 1852, com a patente de comandante da Guarda Nacional, José Maximiano Baptista Machado foi o inventariante de sua mãe, Ana Joaquina dos Santos⁷. Já o fazendeiro Prudente Amâncio dos Reis faleceu em 1885, no distrito da Piedade, ostentando a patente de coronel e com seus bens avaliados em 112:815\$000 réis⁸. Outras famílias importantes na política e na praça mercantil de S. João del Rei seguiram sua trajetória na segunda metade do século XIX, como os Magalhães e os Mourão.

A revolta de 1842 não significou o esvaziamento econômico da região, mas pode ter significado uma alteração decisiva na hegemonia política dos liberais entre a elite mercantil e agrária sanjoanense. Seu maior financista e negociante durante a segunda metade do século XIX, Custódio de Almeida Magalhães, foi também chefe do partido conservador. Outros fatos, nos quais se destacou o conservadorismo político na cidade, foram a tentativa frustrada da criação de um clube abolicionista em 1884, vencida pela oposição emancipacionista dos periodistas convidados para a sua fundação, e a reação violenta contra as idéias republicanas, que culminou no apedrejamento e ameaça de incêndio do hotel em que se hospedou o propagandista republicano Silva Jardim, em 1889.

Por sua vez, tampouco os dados demográficos indicam um declínio econômico acentuado do município na segunda metade do Oitocentos. Ao contrário de Vera Alice Cardoso (1988)⁹, que aventou uma decadência crescente da população escrava em S. João del Rei entre 1854 e 1872, devido à expansão cafeeira no Sul e Zona da Mata, Roberto Borges Martins descreve o município sanjoanense como importador líquido de escravos entre as décadas de 50 e 70. Entre as informações censitárias de 1856 e 1861, o município de São João teria sofrido uma queda na população escrava de 6.985 para 6.220 cativos, mas no censo de 1872 se recuperaria das perdas, apresentando uma população de 7.584 escravos (Martins, p.181-209) (Martins apud Szmrecsányi & Lapa, 1996, p.119 e p.125).

Outra evidência censitária que destoa de um quadro mofo para o município é oferecida por Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho (1995, p.9), que demonstram um crescimento médio anual de 2,69% para a população livre (de 6.846 para 12.367 pessoas) e de 3,95% para a escrava (de 3.150 para 7.514 pessoas) entre 1833 e 1855.

Finalmente, ainda com base em números de Roberto Martins, a região Metalúrgica-Mantiqueira, que englobaria o município de S. João, apresentou um saldo negativo de transferência de escravos entre 1880-1884 (de -6.623 escravos) e 1884-1886 (de -233 escravos).

⁷ *Inventário post-mortem* de Ana Joaquina dos Santos, 1852, cx. 302.

⁸ *Inventário post-mortem* de Prudente Amâncio dos Reis, 1885, cx. 448.

⁹ Notamos outras imprecisões nas informações censitárias desta autora, ver Graça Filho (op. cit., p. 42-43).

Em resumo, se podemos dar credibilidade a esses dados censitários, o município de S. João del Rei só veio a sofrer um decréscimo de sua população mancípia em momentos das décadas de sessenta e oitenta. Essas conjunturas econômicas parecem ter sido de crise e não de decadência, termo que se presta a interpretações equivocadas e de conotação catastrófica (Cf. Le Goff, 1984, p. 393-422).

Olhando as riquezas sanjoanenses inventariadas nos quinquênios de 1831-1835, 1841-1845 e 1851-1855, podemos notar que somam 488.341 libras¹⁰ (total de 383 inventários) e nos quinquênios de 1861-1865, 1871-1875 e 1881-1885 o total dos montes brutos resultou em 653.444 libras (total de 420 inventários). Comparativamente, esses totais também não ilustram uma decadência no município na segunda metade do século XIX. O cotejo da soma dos montes brutos entre os quinquênios de 1851-55 e 1861-65, porém, se apresenta estacionário, declinando a partir do quinquênio de 1871-1875, como vemos abaixo:

Quadro nº 2
Fortunas inventariadas em São João del-Rei (quinquênios/libras)

Quinquênios	Total de inventários	Valor total dos montes brutos (em £)
1831-35	150	118.876
1841-45	104	115.764
1851-55	129	253.701
1861-65	135	258.646
1871-75	159	238.174
1881-85	126	156.624

Fonte: Inventários *post-mortem* do Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei

No ano de 1861, São João del-Rei ainda era o segundo município em arrecadação de impostos de Minas Gerais (Giroletti, 1988,p.47). E mesmo que a Câmara Municipal, em 1855, reclamasse das dificuldades de transporte e escassez de mão-de-obra escrava, podemos notar que o movimento comercial da cidade era superavitário e significativo em termos das exportações mineiras interprovinciais, conforme as suas informações para o ano de 1854¹¹.

Nesse ano, o preço médio do gado para consumo variava entre 35 e 40\$000 réis e as exportações mineiras de gado vacuum foram de 75.020 cabeças, segundo relatório da presidência da província¹². Se aplicarmos o valor médio de 40\$000 réis para a cabeça de gado, teremos a receita total aproximada de 3.000.800\$000. Por conseguinte, apenas as exportações de bovinos do município sanjoanense, de cerca de 334.000\$000 réis, representariam 11% daquela estimativa.

¹⁰As conversões para a libra inglesa foram feitas conforme a variação média cambial do ano da soma dos montes brutos.

¹¹ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp.* 570. Resposta da Comissão nomeada pela Câmara Municipal de S. João del Rei, em sessão de 10 de julho, para os ofícios relativos à circular da Ex^{ma}. Presidência da Província, de 12 de junho de 1855, São João del Rei, 20 de setembro de 1855.

¹²ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp.* 655. Resposta ao Inquérito sobre a indústria pecuária em Minas Gerais pela Presidência da Província, Ouro Preto, 21 de dezembro de 1857.

Quanto ao toucinho e carne salgada, que somaram 229.769 arrobas exportadas, se aplicarmos o preço médio anual das pautas semanais da mesa do consulado da Corte (Soares, 1977,p.288), principal mercado para estes produtos, teríamos um valor correspondente a 1.833.556\$620 réis. É claro que se trata de um cálculo superestimado dos valores dessas exportações mineiras, ainda assim, as exportações sanjoanense de toucinho, da cifra de 421.000\$000 réis, significariam 23% de todo o toucinho exportado por Minas Gerais em 1854. E se considerarmos o total exportado por S. João del Rei, incorporando a produção de outros municípios atravessada pelo comércio sanjoanense, nos valores totais de 354.000\$000 réis para o gado vacum e 678.000\$000 réis para o toucinho e carnes salgadas, chegaremos as cifras respectivas de 12% e 37% na participação das exportações mineiras dos dois artigos.

Embora a sua situação econômica não fosse de decadência, São João del Rei, em meados do século XIX, teve que enfrentar o poderoso conluio entre o arrematante Francisco José de Mello e Souza, organizador da chamada Companhia do Rio de Janeiro, e os boiadeiros do Sul de Minas para o controle do comércio de carne no matadouro municipal do Rio de Janeiro.

A monopolização do mercado por Mello e Souza e boiadeiros do Sul de Minas alterou a rota do comércio de gado em Minas, vindo a prejudicar a ação tradicional dos ponteiros e negociantes de outras regiões, como a de S. João del Rei.

O comércio de gado entre os criadores de Uberaba e os marchantes-invernistas de Passos e Jacuí aniquilou a feira de Araxá, onde boiadeiros de Formiga, S. José del Rei, Lavras, Bambuí e outros, em outubro se dirigiam para a compra de gado, que era conduzido às suas invernadas¹³.

Apesar de São João del Rei continuar a criar e receber gado de diferentes municípios, os relatórios da sua câmara municipal, nos anos de 1855 e 1857, apontam um decréscimo no comércio de sal, produto essencial na engorda do gado.

O esquema de comercialização dos invernistas e marchantes fortaleceu a economia das cidades do sul de Minas, dando margem a que pleiteassem a sua separação de Minas Gerais, com o apoio de municípios do norte da província.

Em julho de 1854, as câmaras municipais de Campanha, Pouso Alegre, Lavras, Baependy, Cristina, Itajubá, Três Pontas, Jacuhy e Passos enviaram representações à Assembléia Provincial para a criação da Província de Minas d'Entre Rios. Dos municípios envolvidos, somente Aiuruoca foi contra. Caldas não se pronunciou e Jaguary reivindicava a anexação da Comarca de Sapucahy ao território paulista.

Anteriormente, em maio do mesmo ano, Campanha havia se antecipado, sob a liderança do Barão do Rio Verde, fazendeiro e proprietário de antiga manufatura de chapéus, solicitando a provincialização das Comarcas de Sapucahy, Rio Verde, Três Pontas e do Município de Lavras, tendo como capital a cidade de Campanha.

Os projetos de desmembramento não vingaram, sendo combatidos pela Câmara dos Deputados e a presidência do Conselho dos Ministros. As representações se queixavam da falta de rendas, evasão fiscal, diversidade e distância geográfica da capital Ouro Preto, que impediam uma administração uniforme e eficiente.

A proposta da criação da província de Minas de Entre Rios foi duramente atacada por S. João del Rei, que fora excluída do arranjo. De São João foram enviadas circulares de protesto para todo sul de Minas (*A Nova Província*, 8/07/1854, p. 3-4) (Idem, 1854,p. 1-3).

O incidente ilustra as dificuldades que o comércio de gado sanjoanense defrontou na segunda metade do século XIX.

Podemos concluir que o papel de São João del Rei na intermediação do comércio de subsistência se manteve forte no início da segunda metade do século XIX, apesar dos percalços que relatamos. Enquanto no último quartel do Oitocentos, sua economia ingressaria num período de menor prosperidade, cujo ponto de inflexão parece se situar no início da década de 1880, quando municípios e distritos que estavam submetidos à órbita de seu comércio atravessador ganham autonomia com a abertura de estações próprias pela a Estrada de Ferro Oeste de Minas, inaugurada em 1881. Isto não impediu que a acumulação de capitais realizada por sua elite mercantil desembocasse, no período do Encilhamento, num surto de urbanização, com a construção de novas ruas, bancos, indústrias leves e têxtil.

4. CONCLUSÃO

O estudo regional pode ainda abrir novas perspectivas de análise para questões abordadas de maneira ampla, seja no âmbito da história de uma província ou nacional. A redução da escala de observação pode alterar a percepção de fenômenos já previamente considerados, como demonstrou Giovanni Levi (apud Burke,1992); (Levi,1989); (Goubert,1988) e (Denis apud Bédarrida, 1995, p.187-200). Em nosso caso, o problema da capacidade de importação de escravos ou da decadência econômica nas Minas Gerais oitocentistas deve ser colocado à prova por uma abordagem regionalizada, capaz de apreender com mais meticulosidade as diversidades locais, ainda presentes na paisagem sócio-econômica do estado.

Na Comarca do Rio das Mortes, especialmente no município de S. João del-Rei, podemos afirmar que o impacto do esgotamento do ouro não foi catastrófico como alguns historiadores supunham e que a região parece ter desfrutado de um período de prosperidade nos Oitocentos, alicerçada numa economia de abastecimento voltada para o atendimento do mercado interno, com destaque para o Rio de Janeiro.

Suas elites políticas e econômicas exerceram um papel privilegiado em momentos decisivos para a construção da nação. Essa ação política revela a dimensão social imanente à concentração de capitais realizada especialmente por seus negociantes de grosso trato. O dinheiro é outra coisa além da capacidade de investir, dizia-nos Braudel: é a consideração social, que resulta numa série de garantias, privilégios, cumplicidades e proteções (Braudel, 1985, pp. 347-348) (Idem, 1985^a, 63-64).

Karl Polany (1968, p.59-77), tratando do que chamou de “obsoleta mentalidade mercantil”, subordinou o interesse dos indivíduos na aquisição de bens socialmente valorizados à garantia da sua consideração social, do seu status social.

Da mesma forma, o controle do crédito pelas famílias sanjoanenses mais abastadas significava poder e prestígio social, conforme registrou o oficial mercenário a serviço de D.

Pedro I, Carl Seidler. Comentando a visita do Imperador a S. João del-Rei em 1830, que tinha por motivo conquistar o apoio político da elite mercantil da cidade, descreve-a como composta quase toda de *“portugueses natos, cuja influência é notória sobre a população da província, pois que quase todos os moradores do interior devem aos negociantes de S. João e por isso em muitos sentidos lhe são sujeitos”* (Seidler,1980,p.302)¹⁴.

Os mais destacados negociantes de S. João compunham seus ativos com numerosos créditos, dispondo assim de grande ascendência na sociedade local. Saint-Hilaire percebeu a mesma imbricação do crédito mercantil no controle social em Minas, dando-nos uma descrição mais completa de seu funcionamento:

“Os cavalos, os escravos, se compram a prazo de vários anos; o vendedor, que corre risco, não quer desfazer-se de sua mercadoria senão por preços superiores ao seu valor real; o comprador deixa-se seduzir por esperanças enganadoras, impaciente de possuir, não se preocupa com o futuro, e concorda sem dificuldade com o preço que lhe pedem; mas muitas vezes o escravo ou os animais morrem antes que o novo proprietário tenha deles retirado o menor proveito, e é obrigado a entregar o que possui quando chega o momento de saldar sua dívida. Em cada povoação existe, geralmente, um homem rico, que vende assim mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos, e que por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família...” (Saint-Hilaire, 1975, p.291)

Ao comerciante poderiam ser solicitadas quantias para a compra de terras, escravos e outras necessidades da vida rural, incluindo adiantamentos para tratamento médico, funerais ou pequenos valores, por exemplo, que custeassem uma ida ao Teatro em S. João del Rei. O valor do crédito era abatido aos poucos, em contas que pareciam intermináveis, e que poderiam ser lentamente quitadas através da entrega da produção. O cliente-produtor acabava obrigado a entregar seus produtos ao negociante-credor, como parte do pagamento dos créditos adiantados.¹⁵

Mas também essa prática social e política deve ter definhado com a autonomia comercial de áreas vinculadas à praça sanjoanense mediante a abertura das estações interioranas da E. F. Oeste de Minas, entre 1887 e 1888, bem como o estabelecimento de instituições bancárias na cidade e em municípios próximos, no final do século passado.

A participação destacada da elite sul-mineira na vida política de Minas Gerais e do país esmaeceu-se a partir do outono do Império.

Com a República, a primeira derrota política de S. João del Rei veio com a disputa pela construção da nova capital do estado. Apesar dos estudos técnicos terem indicado seu território (Várzea do Marçal) como a melhor opção, a nova sede do poder estadual foi centralizada no Curral del-Rei, hoje Belo Horizonte, por decisão do Congresso Mineiro em 1893.

¹⁴Grifos do autor.

¹⁵Por exemplo, no inventário de Mariana Candida de Almeida, de Conceição da Barra, foram reproduzidos os débitos da pequena família de produtores lançados em conta de um negociante local, nela figura uma variedade de adiantamentos que atendiam diversas necessidades do cotidiano rural, com pagamentos oriundos da venda de animais. Cf. MUSEU REGIONAL DE S. JOÃO DEL REI. *Inventário post-mortem* de Mariana Candida de Almeida, cx. 08, 1882.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp. 570*. Resposta da Comissão nomeada pela Câmara Municipal de S. João del Rei, em sessão de 10 de julho, para os ofícios relativos à circular da Ex^{ma}. Presidência da Província, de 12 de junho de 1855, São João del Rei, 20 de setembro de 1855.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp. 655*. Resposta ao Inquérito sobre a indústria pecuária em Minas Gerais pela Presidência da Província, Ouro Preto, 21 de dezembro de 1857.

_____. *Listas nominativas da Província de Minas Gerais (1831-32)*. As listas foram organizadas em arquivos informatizados e gentilmente cedidos pela Prof. Clotilde Paiva (CEDEPLAR/UFMG).

MUSEU REGIONAL DE S. JOÃO DEL REI. *Inventário post-mortem* de Ana Joaquina dos Santos, 1852, cx. 302.

_____. *Inventário post-mortem* de Prudente Amâncio dos Reis, 1885, cx. 448.

_____. *Inventário post-mortem* de Mariana Candida de Almeida, cx. 08, 1882.

BIBLIOGRAFIA

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII (Os jogos das trocas)*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1985.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa, Ed. Teorema, 1985^a.

BROWN, Larissa Virginia. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. University of Virginia, 1986, (Dissertação, doutorado (mimeo)).

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1998. (Dissertação, mestrado (mimeo)).

CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Tese de doutorado, 1997 (mimeo).

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B., A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, n.17 vol.2, 1987.

DENIS, Michel, L'approche régionale. BÉDARIDA, François (dir.). *L'Histoire et le métier d'historien en France, 1945-1995*. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1995.

- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do Ouro - Campo das Vertentes: atas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981, v. 2.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)*. Juiz de Fora: UFJF, 1988.
- GOUBERT, Pierre, História local. *Revista Arrabaldes*, Petrópolis: ano I, n. 1, mai/ago. 1988.
- GRAÇA F^o, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998, (Dissertação, doutorado (mimeo)).
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 4, 1987.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LE GOFF, Jacques, “Decadência” .In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle*. Paris, Gallimard, 1989.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980, (Dissertação, doutorado (mimeo)).
- _____. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999.

- MARTINS, Roberto Borges, Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, n.13, vol.13 jan./abr., 1983.
- _____. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral Lapa (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: ABPHE/HUCITEC/FAPESP, 1996.
- PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A população e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. *VII Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, v.1,1995.
- _____. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, FFLCH/USP, 1996, (Dissertação, doutorado (mimeo)).
- POLANYI, Karl. *Primitive, Archaic and Modern Economies, essays of Karl Polanyi*. Nova Iorque: Anchor Books, 1968.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980.
- SLENES, Robert W., Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX,. *Cadernos IFCH/Unicamp*, n.17, jun. 1985.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.
- SILVA, Vera Alice Cardoso e, Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil e da economia mineira em perspectiva, 1800-1870. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 6, jul. 1988.
- VEIGA SOBRINHO, João Pedro da. *Nova Província*. Campanha, Typ. Austral. Jul. 1854.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹Um balanço dos resultados historiográficos desta década pode ser encontrado em LIBBY, Douglas Cole, “Historiografia e a formação social escravista mineira” in *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, p. 7-20, jan-jun, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda Leite, “O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”, in *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.
- ¹FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1982, pp. 84-86.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993, p. 80.
- ¹LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson, “Economia escravista em Minas Gerais”, in *Cadernos IFCH-Unicamp*, nº 10, outubro de 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Metais e pedras preciosas”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ª ed. São Paulo, Difel, tomo I, v. 2, 1982, pp. 293-307.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, pp. 78, 162-163.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC/Edusp, 1990, especialmente pp. 221-222. CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais (notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista)*. São Paulo, Cia. Nacional Editora/Edusp, 1986.

TEIXEIRA, Des. José João, “Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais - 1780”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502.

ROCHA, José Joaquim. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995, p. 127.

LINHARES, Maria Yedda Leite, op. cit., p.168.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria, “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, in *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, jun. 1986, pp. 7-36.

_____. “Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750)”, in *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 4, 1987, pp. 85-99. CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, tese de doutorado, 1997.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ed. Ática, 1986, p. 178.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do Ouro - Campo das Vertentes: atas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1981, v. 2.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

SLENES, Robert W., “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, in *Cadernos IFCH/Unicamp*, nº 17, junho de 1985.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980 (tese de doutorado). Idem, *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982.

BROWN, Larissa Virginia. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. University of Virginia, 1986, tese de doutorado, (mimeo).

¹FRAGOSO, op. cit., p. 106.

¹LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 90.

¹MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992, p.611. GRAÇA F^o, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998, pp. 166.

¹ PAIVA, Clotilde Andrade. *Listas nominativas de 1831-32* (mimeo)

¹PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996, tese de doutorado, pp. 136-137.

¹Idem, pp. 138-214.

¹LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, pp.116-117.

¹CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p. 41.

¹MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal(1801-1829)*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999.

¹COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B., “A família escrava em Lorena (1801)”, in *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 17 (2), 1987, pp. 245 et seqs.

¹LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979, pp. 133-139.

¹Uma versão mais extremada dessa suposição de Lenharo foi defendida atualmente por Maria Augusta do Amaral Campos. Apesar de não focar, em especial, a conjuntura econômica da região, a autora identifica um empobrecimento da cidade a partir da revolta liberal de 1842. Cf. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dissertação de mestrado, 1998.

¹MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 287-288.

¹MUSEU REGIONAL DE S. JOÃO DEL REI. *Inventário post-mortem* de Ana Joaquina dos Santos, 1852, cx. 302.

¹Idem, *Inventário post-mortem* de Prudente Amâncio dos Reis, 1885, cx. 448.

¹SILVA, Vera Alice Cardoso e, “Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil e da economia mineira em perspectiva, 1800-1870”, in *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 6, julho 1988. Notamos outras imprecisões nas informações censitárias desta autora, ver GRAÇA F^o, Afonso de Alencastro, op. cit., pp. 42-43.

¹MARTINS, Roberto Borges, “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”, in *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 13 (1): 181-209, jan.-abr., 1983, p. 103. Idem, “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”, in SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral Lapa (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, ABPHE/HUCITEC/FAPESP, 1996, p. 119 e 125.

¹PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, “A população e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas”, in *VII Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1995, v.1, p. 9.

¹Sobre a discussão do conceito de “decadência”, ver LE GOFF, Jacques, “Decadência” in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp. 393-422.

¹As conversões para a libra inglesa foram feitas conforme a variação média cambial do ano da soma dos montes brutos.

¹GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)*. Juiz de Fora, UFJF, 1988, p. 47.

¹ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp. 570*. Resposta da Comissão nomeada pela Câmara Municipal de S. João del Rei, em sessão de 10 de julho, para os ofícios relativos à circular da Ex^{ma}. Presidência da Província, de 12 de junho de 1855, São João del Rei, 20 de setembro de 1855.

¹ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Códice Sp. 655*. Resposta ao Inquérito sobre a indústria pecuária em Minas Gerais pela Presidência da Província, Ouro Preto, 21 de dezembro de 1857.

¹SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977, p. 288.

¹ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Resposta da Presidência da Província..., op. cit.

¹*A Nova Província*. Campanha, Typ. Austral de João Pedro da Veiga Sobrinho, 8 de julho de 1854, pp. 3-4. Idem, 15 de julho de 1854, pp. 1-3.

¹LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” in BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992. Idem, *Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piemont du XVII^e siècle*. Paris, Gallimard, 1989. A mesma crença tem sido compartilhada por outros adeptos da história regional ou local, como Pierre Goubert ou Michel Denis. Cf. GOUBERT, Pierre, “História local” in *Revista Arrabalde*, Petrópolis, ano I, n. 1, maio/ago. 1988 e DENIS, Michel, “L’approche régionale” in BÉDARIDA, François (dir.). *L’Histoire et le métier d'historien en France, 1945-1995*. Paris, Éd. de la Maison des sciences de l’homme, 1995, pp. 187-200.

¹BRAUDEL, Fernad, *Civilização....op.cit.*, idem.

¹POLANYI, Karl. *Primitive, Archaic and Modern Economies, essays of Karl Polanyi*. Nova Iorque, Anchor Books, 1968, pp. 59-77.

¹SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, p. 302.

¹SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Liv. Itatiaia; S. Paulo, Edusp, 1975, p. 291.

¹Por exemplo, no inventário de Mariana Candida de Almeida, de Conceição da Barra, foram reproduzidos os débitos da pequena família de produtores lançados em conta de um negociante local, nela figura uma variedade de adiantamentos que atendiam diversas necessidades do cotidiano rural, com pagamentos oriundos da venda de animais. Cf. MUSEU REGIONAL DE S. JOÃO DEL REI. *Inventário post-mortem de Mariana Candida de Almeida*, cx. 08, 1882.